

PREFÁCIO

Sendo o Panamá o país com o maior número de embarcações com bandeiras, é impossível que os panamenses não se preocupem com o papel que nossas embarcações têm na poluição marítima. A situação é de fato séria, já que nos últimos anos temos sido vistos como o país do Grande Canal, facilitador do Mercado mundial, e nos tornamos assunto nas conversas de todas as conferências de mudanças climáticas. A razão é simples: sendo o país com mais navios com bandeira, somos um dos maiores contribuidores da poluição marinha. Isso nos leva a perguntar se é viável ou não continuar nesta liderança mundial e a decisão de continuar, quais passos devemos tomar para evitar que sejamos os responsáveis por uma situação que poderia envolver compensação financeira, à qual não estamos preparados e nem temos recursos.

Como país, devemos nos preparar, então é necessário criar capacidade para ajudar tomadores de decisão na definição de novas políticas a serem colocadas em prática para reduzir o impacto negativa do nosso país neste problema global.

Uma das principais fontes de poluição dos mares constitui-se na água de lastro. O que é conhecido como um mal necessário, agora é visto como de grande preocupação, reconhecida por sua ameaça aos diferentes atores da indústria marítima. Nosso país não está longe disso e já deu os primeiros passos em direção do desenvolvimento de uma política mais ativa. No entanto, como país estamos restritos devido à falta de informação técnica e científica para ilustrar e complementar o conhecimento da água de lastro e seus efeitos.

Considero este livro uma ferramenta que estivemos esperando por vários anos. Este texto contém as informações básicas necessárias não apenas para entender o efeito da água de lastro na poluição marinha, mas também ajudar a entender melhor como podemos cooperar, como sociedade, para reduzir o impacto negativa da água de lastro. As ferramentas encontradas neste livro serão de grande ajuda para aqueles interessados em preservar mares mantendo a sustentabilidade do planeta Terra.

PROF. DR. ADAN VEGA

*Presidente do Instituto Panamericano
de Engenharia Naval*

PREFÁCIO

A troca da água de lastro de grandes embarcações em áreas interiores tem despertado a preocupação das autoridades brasileiras fiscalizadoras de toda a costa nacional. Na Amazônia, essa questão é grave, em função dos inúmeros navios estrangeiros que ingressam em águas brasileiras realizando a troca dessa água de lastro, colocando em risco a fauna e a flora marítimo-fluviais brasileiras, em virtude da possibilidade de invasão de organismos vivos externos indevidos, dentro do ecossistema regional.

Vários professores e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, no Brasil e no mundo, têm se preocupado em estudar este processo de deslastre realizado pelos navios que aportam em águas brasileiras. Com esse intuito, foi desenvolvida a dissertação intitulada “Gerenciamento e controle da água de lastro e a responsabilidade civil dos operadores do sistema” (Fábio José Ibrahin, autor), orientada dentro do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAPP) da Universidade Federal do Amapá (Nicolau Eládio Bassalo Crispino, orientador), defendida no ano de 2012. Essa dissertação foi publicada pela Editora Almedina, Coimbra, Portugal, no ano de 2013.

Nesse trabalho, demonstra-se a precariedade na atual fiscalização da troca da água de lastro, atestando a sua insuficiência em evitar danos ambientais em virtude de um deslastre indevido.

Dentro desse objetivo, desenvolveu-se uma análise da gestão na utilização e troca dessa água de lastro em território brasileiro, mais precisamente, naquelas embarcações que adentram a Amazônia brasileira, pelo Canal Norte, na margem esquerda da foz do Rio Amazonas, em frente da cidade de Macapá, Estado do Amapá, nos fundeadouros da Fazendinha e de Macapá, no lado setentrional da Ilha do Marajó, indicando, pormenorizadamente, a atribuição de cada um dos integrantes desse sistema de gerenciamento.

Mesmo sendo um trabalho realizado em cima de um problema, aparentemente local, houve a tentativa de contribuição para todo o sistema brasileiro de fiscalização da troca de Água de Lastro, apresentando propostas concretas de mudança nessa fiscalização. A principal delas corresponde à proposição de mudança na regra de fiscalização, exigindo-se que o primeiro teste físico-químico da água, realizado pelas autoridades locais com o intuito de detectar a salinidade da água utilizada para o lastro, seja feito ainda quando o tanque estiver com água oceânica, antes da segunda troca com a água doce do Rio Amazonas.

Com essa visão de analisar o problema da água de lastro, o livro que ora se apresenta, procura trazer verdadeira contribuição para se buscar uma melhor atuação de todos os atores na gestão desse controle, procurando novas ideias para o desenvolvimento desse sistema.

Este livro representa uma obra coletiva com diversas matérias em várias áreas do conhecimento. Contudo, todos os assuntos nele contidos, convergem para um interesse comum: buscar soluções na identificação e no combate da possível poluição de águas internas, em virtude de ingresso indevido de organismos vivos externos com a troca de água de lastro.

A troca da água de lastro é uma questão que pode colocar em risco o ambiente marítimo-fluvial de um país ou de uma região, causando reflexos inimagináveis para o meio ambiente que se vive. Por isso, esse assunto deve ser objeto de preocupação, não somente das autoridades que trabalham diretamente com a fiscalização e controle das águas internas de um país, mas de todas as autoridades que atuam na busca de um meio ambiente digno e sadio para as gerações atuais e futuras.

Julho de 2015.

**FÁBIO JOSÉ IBRAHIM
NICOLAU ELÁDIO BASSALO CRISPINO**